

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.331.461 - PR
(2018/0180038-8)**

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : PAULO ROBERTO TESTA
ADVOGADO : FÁBIO WILLIAM MACIEL - PR061465
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada por PAULO ROBERTO TESTA, às e-STJ fls. 776/778, por meio da qual postula o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva.

Todavia, não há como deferir tal pedido.

No caso, o recorrente foi condenado, em primeiro grau, pela prática do delito do art. 1º, I, II e IV, da Lei n. 8.137/1990, à pena de 3 anos e 4 meses, em regime inicial aberta, substituída a sanção.

O Tribunal de origem manteve a reprimenda ao negar provimento ao recurso de apelação da defesa, que interpôs, então, recurso especial.

O apelo extremo não foi admitido e seguiu a esta Corte por meio de agravo. Aqui, o recurso especial não foi conhecido em virtude de sua intempestividade.

Nos termos do julgamento do **EAREsp n. 386.266/SP**, em casos como o dos autos em que o recurso especial é inadmissível, o trânsito em julgado da condenação **retroage** à data do escoamento do prazo para a interposição do último recurso cabível na origem.

Na hipótese, tendo sido o réu condenado à pena de 3 anos e 4 meses, descontado o aumento pela continuidade, chega-se ao *quantum* de 2 anos, o que, conforme o art. 109, V, do Código Penal, atrai o prazo prescricional de 4 anos. Tal interstício não foi transcorrido entre os marcos interruptivos existentes nos autos, quais sejam, a constituição do crédito (24/6/2010), o recebimento da denúncia (11/10/2011), a publicação da sentença condenatória (16/1/2015), e a data de escoamento do prazo para a interposição do último recurso cabível na origem (13/10/2017).

Assim, não há como reconhecer a prescrição da pretensão punitiva.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

